



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 **AQUISIÇÃO, sob demanda, de LUVAS NITRÍLICAS** para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Coordenação de Saúde Bucal, Estratégia de Saúde da Família, Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Subsecretaria de Vigilância em Saúde – Programa Municipal IST/AIDS/Hepatites Virais/ Controle de Tuberculose e Hanseníase e Gerência em Saúde Mental pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas na Requisição inserida aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Coordenação de Saúde Bucal, Estratégia de Saúde da Família, Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Subsecretaria de Vigilância em Saúde – Programa Municipal IST/AIDS/Hepatites Virais/ Controle de Tuberculose e Hanseníase e Gerência em Saúde Mental;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, via registro de preço, nos termos da Lei nº14.133/21;
1.4	Período:	01 (um) ano a contar da assinatura da Ata de Registro de Preço;
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei 14.133/21;

1.6. A Aquisição, sob demanda, de LUVAS NITRÍLICAS nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITE M	CAT MAT	ESPECIFICAÇÃO	U/ C	HMRS	HM DM DC	SA B	PM C	SAU DE BU CA L	ESF	VES	IST/ AIDS /HV	GSM	TOTAL
----------	------------	---------------	---------	------	----------------	---------	---------	----------------------------	-----	-----	---------------------	-----	-------



1	44339 7	LUVA PARA PROCEDIMENT O DE BORRACHA NITRÍLICA, CONFECCIONA DAS EM BORRACHA NITRÍLICA SINTÉTICA AMBIDESTRA, NÃO ESTERELIZADA , SEM PÓ BIOABSORVÍVE L . TAMANHO P (CX C/100 UNIDADES)	cai xa	4.800	1.62 0	1.17 7	99	100 8	2.64 0	100		126	11.570
2	37593 4	LUVA PARA PROCEDIMENT O DE BORRACHA NITRÍLICA, CONFECCIONA DAS EM BORRACHA NITRÍLICA SINTÉTICA AMBIDESTRA, NÃO ESTERELIZADA , SEM PÓ BIOABSORVÍVE L . TAMANHO M (CX C/100 UNIDADES)	cai xa	21.600	2.79 6	1.39 7	154	576	2.64 0	100	24	375	29.662
3	29637 7	LUVA PARA PROCEDIMENT O DE BORRACHA NITRÍLICA, CONFECCIONA DAS EM BORRACHA NITRÍLICA SINTÉTICA AMBIDESTRA, NÃO ESTERELIZADA , SEM PÓ BIOABSORVÍVE L . TAMANHO G (CX C/100 UNIDADES)	cai xa	4.200	144 6	1.37 5	26	432	264	100	24	145	8.012



1.7 A aquisição a contratar é enquadrada como bem comum, não sendo considerada bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 9.695/2024.

1.9 O prazo de vigência da contratação será 1 (um) ano, a partir da data da publicação do da Ata de Registro de Preços ser prorrogada por igual período, conforme dispõe o art. 84 da lei nº 14133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

2.2 A pretensão de **AQUISIÇÃO, sob demanda, de LUVAS NITRÍLICAS** visa atender a demanda do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Coordenação de Saúde Bucal, Estratégia de Saúde da Família, Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Subsecretaria de Vigilância em Saúde – Programa Municipal IST/AIDS/Hepatites Virais/ Controle de Tuberculose e Hanseníase e Gerência em Saúde Mental pelo período de 1 (um) ano.

2.2.1. A presente justifica-se, pois, a luva nitrílica é um item que oferece proteção contra cortes, perfurações e substâncias, químicas, além de ser também, menos propensa a causar alergias, gerando assim, melhor segurança e qualidade no trabalho de todos os profissionais de saúde.

2.3. Hospital Municipal Raul Sertã:

A presente solicitação se faz necessária para atender a demanda do produto durante 1 (um) ano no Hospital. O quantitativo solicitado foi obtido com base no histórico de consumo dos anos anteriores. As quantidades de materiais requisitados são as mesmas do processo de EPI do ano anterior, visto que as quantidades estão sendo suficientes para a demanda do hospital.

2.4. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro:

A presente solicitação se faz necessária para atender a demanda do produto durante 1 (um) ano no Hospital Maternidade Mário Dutra de Castro. Este item é de extrema necessidade para o funcionamento de nossa unidade, visto que em todos os procedimentos médicos usa-se o mesmo. O quantitativo expresso na planilha é referente



à soma de luvas nitrílicas + luvas para procedimentos, pois a unidade trabalhará com um único modelo (luva nitrílica). Essa soma foi realizada para não correr o risco de desabastecimento.

2.5. Subsecretaria de Atenção Básica:

Solicitação de material médico hospitalar - luvas de procedimento pelo período de 1 (um) ano, para atender a demanda 5 unidades de saúde da subsecretaria de atenção básica posto de saúde Tunney Kassuga – posto de saúde Waldir Costa – unidade básica de saúde Ariosto Bento de Mello – unidade básica de saúde José Copertino Nogueira - Policlínica Sylvio Henrique Braune e laboratório posto suspiro coleta de exame covid-19. Justificando que o material solicitado é destinado a realização de procedimentos/curativos/ atendimentos nas unidades de saúde. Ressalta-se que foi acrescido 10% de margem de segurança tendo em vista que o último pedido foi em 2022, e tivemos aumento dos servidores devido ao chamamento do processo seletivo.

2.6. Programa Melhor em Casa:

Solicitação de material médico hospitalar - luvas de procedimento pelo período de 1 (um) ano, para atender a demanda. justificando que o material solicitado é destinado a realização de procedimentos/curativos/atendimentos nos domicílios. ressaltando que foi acrescido 10 % de margem de segurança tendo em vista que o último pedido foi em 2022, e tivemos aumento dos servidores devido ao chamamento do processo seletivo.

Para atender aos pacientes atendidos pelo programa melhor em casa que é definido pela portaria nº 825 de 25 de abril de 2016/ ministério da saúde que promove desospitalização, atendimento no domicílio, com uma equipe multiprofissional, aos usuários acamados com grande dificuldade de locomoção que possuem alto grau de dependência funcional, portadores de patologias crônicas agudizadas, doenças neoplásicas avançadas ou sequelas motoras e/ou neurológicas graves.

A composição das equipes conta com 1 emad (equipe multidisciplinar de atendimento domiciliar) composto por: médico, enfermeiro, fisioterapeuta e técnico de enfermagem e 1 emap (equipe multidisciplinar de apoio) composta por psicólogo, assistente social, nutricionista, farmacêutico e terapeuta ocupacional.

2.7. Coordenação de Saúde Bucal:

Solicitação de material médico hospitalar – luvas nitrílicas pelo período de 1 (um) ano, para atender a demanda da coordenação de saúde bucal, uma vez que, as luvas são indispensáveis aos procedimentos odontológicos.

2.8. Estratégia de Saúde da Família:

Luvas nitrílicas para atender a demanda das 20 (vinte) equipes da estratégia de saúde da família do município sendo: Lumiar, São Pedro da Serra, Vargem Alta, Stucky, Mury,



Amparo, Campo do Coelho, Centenário, São Lourenço, Riograndina, Nova Suíça, Rio Bonito da Praça, Olaria I, Olaria II, Olaria III, Varginha, Terra Nova, Conquista, Cordoeira e São Geraldo pelo período de 1 (um) ano.

O material solicitado é destinado a realização de procedimentos/curativos. o quantitativo solicitado é justificado pela população cadastrada que varia entre 2.400 à 4.000 pessoas por equipe e, considerando também a média de curativos realizados de 150 a 200 mensalmente, número este variável em função da demanda e da população adscrita. considerando também que algumas unidades estão localizadas na zona rural e de difícil acesso e muitos pacientes necessitam realizar curativos no domiciliar. ressaltar que foi acrescido 10 % de margem de segurança tendo em vista que o último pedido foi em 2022, e tivemos aumento dos servidores devido ao chamamento do processo seletivo.

2.9. Subsecretaria de Vigilância em Saúde:

A solicitação de tal material se faz necessário, visando as realizações de ações executadas nesses setores, a fim de atender os setores de Vigilância Ambiental, com utilização desse EPI por parte dos Agente de combate a endemias, Vigilância epidemiológica na realização de bloqueios de casos notificáveis, vigilância em Saúde para atividades de campo e a Vigilância Sanitária para as fiscalizações.

2.10. Subsecretaria de Vigilância em Saúde – Programa Municipal IST/AIDS/Hepatites Virais/ Controle de Tuberculose e Hanseníase.

LUVA PARA PROCEDIMENTO DE BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO M: A presente solicitação se dá pela necessidade de aquisição de LUVA PARA PROCEDIMENTO DE BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO M que é imprescindível para suprir as necessidades, durante 1 (um) ano, das atividades deste programa. Vale ressaltar que tem-se um consumo mensal de aproximadamente 02 Caixas de luvas tamanho M por mês.

LUVA PARA PROCEDIMENTO DE BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO G: A presente solicitação se dá pela necessidade de aquisição de LUVA PARA PROCEDIMENTO DE BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO G que é imprescindível para suprir as necessidades, durante 1 (um) ano, das atividades deste programa. Vale ressaltar que tem-se um consumo mensal de aproximadamente 02 Caixas de luvas tamanho G por mês.

2.11. Gerência de Saúde Mental:

Considerando a mudança de gestão e ao aumento de unidades pertencentes a Gerência de Saúde Mental, contando atualmente com 8 unidades (três unidades CAPS, Gerência de Saúde Mental e quatro residências terapêuticas);

Considerando a unidade de Saúde CAPS II passou a se tornar CAPS III, tornando-a uma unidade de funcionamento 24 horas, proporcionando um aumento do número de funcionários e passando a realizar acolhimentos noturnos.



Considerando o crescente aumento anualmente de pacientes nas unidades CAPS;

Considerando o encerramento das atividades da Clínica de Repouso Santa Lúcia, o que proporcionou a abertura das quatro residências terapêuticas, e o aumento do número de usuários e da quantidade das atividades realizadas nas unidades CAPS III e AD;

Considerando o fato da Saúde mental não estar inserida no processo anterior, fazendo com que não exista um histórico de consumo a ser apresentado no anexo;

Considerando que a Unidade de Saúde CAPS III conta com 60 funcionários, possui aproximadamente 470 pacientes e atende em média 60 pacientes diariamente;

Considerando que a Unidade CAPS Ad conta com 21 funcionários, possui aproximadamente 500 pacientes e atende em média a 45 pacientes diariamente;

Considerando que a Unidade CAPSi conta com 20 funcionários, possui aproximadamente 320 pacientes e atende em média a 34 pacientes diariamente.

Considerando que as 4 Residências Terapêuticas juntas possuem 27 moradores e 79 servidores que atuam na organização, segurança, gestão e limpeza das unidades.

Os quantitativos acima se fazem necessário para que as unidades CAPS i, CAPS AD, CAPS III e as quatro Residências Terapêuticas de Nova Friburgo possam atender as necessidades básicas do funcionamento dos dispositivos, gerar melhores condições de trabalho, atender as necessidades relacionadas às atividades/atendimentos individuais, visitas domiciliares, administração de medicamentos e outros serviços oferecidos aos usuários e moradores em seu acompanhamento psicossocial, gerando maior segurança e melhores condições de trabalho, atendimento.

Segue em apenso planilha com quantidades solicitadas para cada unidade pertencente a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 Tendo em vista a **AQUISIÇÃO**, sob demanda, **DE LUVAS NITRÍLICAS** para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertão, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Coordenação de Saúde Bucal, Estratégia de Saúde da Família, Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Subsecretaria de Vigilância em Saúde – Programa Municipal IST/AIDS/Hepatites Virais/ Controle de Tuberculose e Hanseníase e Gerência em Saúde Mental pelo período de 1 (um) ano, devem os itens atender rigorosamente as especificações que estão pormenorizadas no “subitem 1.6” deste instrumento e no item 8 do Estudo Técnico Preliminar que encontram-se acostados nestes autos a fim de garantir a qualidade da aquisição, senão, vejamos:



ITE M	CAT MAT	ESPECIFICAÇÃO	U/ C	HMR S	HMD MDC	SAB	PM C	SAU DE BUC AL	ESF	VES	IST/ AID S/H V	GSM	TOTA L
1	44339 7	LUVA PARA PROCEDIMENTO DE BORRACHA NITRÍLICA, CONFECCIONADA S EM BORRACHA NITRÍLICA SINTÉTICA AMBIDESTRA, NÃO ESTERELIZADA, SEM PÓ BIOABSORVÍVEL . TAMANHO P (CX C/100 UNIDADES)	cai xa	4.800	1.620	1.177	99	1008	2.64 0	100		126	11.570
2	37593 4	LUVA PARA PROCEDIMENTO DE BORRACHA NITRÍLICA, CONFECCIONADA S EM BORRACHA NITRÍLICA SINTÉTICA AMBIDESTRA, NÃO ESTERELIZADA, SEM PÓ BIOABSORVÍVEL . TAMANHO M (CX C/100 UNIDADES)	cai xa	21.600	2.796	1.397	154	576	2.64 0	100	24	375	29.662
3	29637 7	LUVA PARA PROCEDIMENTO DE BORRACHA NITRÍLICA, CONFECCIONADA S EM BORRACHA NITRÍLICA SINTÉTICA AMBIDESTRA, NÃO ESTERELIZADA, SEM PÓ BIOABSORVÍVEL . TAMANHO G (CX C/100 UNIDADES)	cai xa	4.200	1446	1.375	26	432	264	100	24	145	8.012

3.2. A “descrição da solução como um todo” está pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 8) constante nos autos do processo licitatório, bem



como, as especificações técnicas do objeto estão pormenorizadas no “subitem 1.6” deste instrumento.

3.3. A aquisição a contratar é enquadrada como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado.

3.4. Portanto, a solução mais viável para a presente aquisição, considerando as especificações dos itens e a necessidade de abastecimento da unidade encontra Fundamentação Legal com Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço unitário.

3.4.1. Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.2 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.1.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.1.2.1. Não será necessária a apresentação/indicação de marcas, características ou modelos para a presente contratação.

4.1.3. Da exigência de amostra:

4.1.3.1 Não cabe para o presente objeto.



4.1.4 Da vedação de contratação de marca/produto:

4.1.4.1 Não Cabe.

4.1.5 Da exigência de carta de solidariedade:

4.1.5.1 Não Cabe.

4.1.6 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, devido à natureza do objeto solicitado no presente.

4.1.8. Necessariamente, deverão ser respeitadas a validade dos materiais a serem entregues, conforme a especificação, contida no “subitem 1.6”

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 Entregar o objeto e quantitativos, conforme a solicitação das unidades requisitantes, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência;

5.2. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando a solicitação da Unidade Requisitante:

- Almojarifado Central – Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar – Centro – Nova Friburgo. Respeitando os dias de entrega, de segunda a quinta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).



6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;



6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

6.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.17.1. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

7.2 Todos os materiais deverão ser entregues nos endereços apontados no item 5.2 deste Termo de Referência.

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações



elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, conforme fundamentação legal previstas nos subitens 1.3 e 1.5 deste Termo de Referência.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de



contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.11.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.11.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.11.3 Qualificação técnica.

Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização de medicamentos (art. 5º da Portaria do Ministério da Saúde n.º 2.814/1998, alterada pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 3.716/1998 e suas atualizações).

Cópia da Autorização de Funcionamento (AFE), ou publicada do DOU, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inclusive para distribuidoras, quando competente, ou comprovação de sua isenção, conforme artigos 1º e 2º da Lei 6.360/1976.

A) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

[...] Descrição do objeto fornecido e/ou serviço prestado;

[...] Período em que a empresa forneceu o serviço ao órgão contratante;

[...] Declaração devidamente comprovada do cumprimento correto dos compromissos assumidos, em suas características, quantidades e prazos, de forma satisfatória, sob a inexistência de fatos que desabonem a conduta comercial e profissional.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.12 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

8.13 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

8.14 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.15 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.16 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;



- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;



10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.2.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.3.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;



10.3.2.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. Impedimento de contratar ou licitar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa;

10.8. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1. A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
----------------------------	----------------------	-------------------	---------------------



Hospital Municipal Raul Sertão	30001.10.302.0085.2.202	1600	33.90.30.08
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro	30001.10.302.0085.2.203	1600	33.90.30.08
Subsecretaria de Atenção Básica	30001.10.301.0083.2.193	1600	33.90.30.08
Programa Melhor em Casa	30001.10.301.0083.2.199	1600	33.90.30.08
Coordenação de Saúde Bucal	30001.10.301.0083.2.195	1600	33.90.30.08
Estratégia de Saúde da Família	30001.10.301.0083.2.194	1600	33.90.30.08
Subsecretaria de Vigilância em Saúde e Programa Municipal IST/AIDS/Hepatites Virais/ Controle de Tuberculose e Hanseníase	30.001.10.305.00862.208	1600	33.90.30.08
Gerência de Saúde Mental	30001.10.302.0083.2.198	1600	33.90.30.08

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 27 de maio de 2024.

GESTOR:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 9.695/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Hanna de Paula Delatorre Costa

Matr.: 063.414

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Matr.: 063.454